



ACTA DA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada no Palácio das Necessidades, nos dias 11, 12, 13 e 14 de Outubro de 2021, com a presença de 10 (dez) membros integrantes deste Conselho Permanente, para tratar de vários assuntos nomeadamente a apresentação e assinatura do Relatório Global de Atividades do Conselho Permanente 2016/2021, eleições para a mesa diretiva do CP, a cerimónia das celebrações dos 40 anos do CCP, a revisão da Lei 66/A, entre outros. No primeiro dia de trabalhos, segunda-feira, 11 de Outubro, pelas 09h10, na Sala do Protocolo, deu-se início aos trabalhos da sexta reunião conjunta deste CP. O Presidente saudou e deu as boas vindas a todas e todos e informou que a Cons. Rita Santos (Ásia) e o Cons. Antonio Cunha (Europa) não poderão participar na reunião, por motivos relacionados com a pandemia e por questões pessoais, justificando assim as suas ausências. O Cons. Paulo Martins substituiu o Cons. Daniel Loureiro que também não pode estar presente. A agenda de trabalhos foi debatida ponto por ponto e aprovada sem alterações e apresentou-se um voto de louvor ao GT “Memória do CCP”, pelo excelente trabalho efetuado. Realizou-se então a eleição do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário, de acordo com o Art.38^a, da Lei 66-A/2007, até ao fim deste mandato, previsto para março/abril aquando se devem realizar as próximas eleições, sendo a presente direção reeleita por unanimidade. Foi dada então a palavra a todos os Conselheiros, houve algumas intervenções e críticas ao orçamento para as reuniões locais, o que levanta problemas de responsabilidade e desmotivação por parte dos Conselheiros do CCP e foi lembrado que o CP reuniu até ao momento 58 vezes online, estando todas as Atas publicadas no site: www.conselhodascomunidades.pt. Seguiu-se, pelas 10h00 a reunião com a SECP (Berta Nunes) e com o Ministro dos NE (Augusto Santos e Silva). Dentre os temas abordados, tratou-se da data para as próximas eleições do CCP e a revisão da Lei 66/A. A SECP confirmou que a eleição se realizará no primeiro semestre de 2022 e que se está a ser desenvolvido um trabalho para que seja testado um piloto de voto eletrónico em algum país europeu. O Presidente tomou a palavra para agradecer a maneira como o CP/CCP foi recebido pelas várias autoridades neste mandato e pediu que o Plenário de posse seja também realizado no primeiro semestre de 2022, que o orçamento do CCP seja aprovado sem cativações e que as propostas apresentadas no relatório global sejam também analisadas não só por parte dos governantes, mas também por parte dos próprios Conselheiros. Por sua vez o Cons. Amadeu Batel afirmou que as questões estão interligadas e propôs que as estruturas sejam aprovadas conforme nossas resoluções 01 e 02/2019, inclusive com a possibilidade de um Plenário Temático para consultas estratégicas e



participadas, e por sua parte o Cons. Paulo Martins pediu informações acerca do projeto piloto do voto eletrónico e sobre a ativação e divulgação da chave móvel digital. A SECP confirmou que o Orçamento está indicado em 350.000 euros e que as propostas para a revisão da Lei 66/A foram enviadas para a Assembleia da República. Por sua vez o Ministro confirmou que as propostas de alteração da Lei 66/A estão em estudo na AR e que fizeram várias propostas para as integrar na Lei, no sentido que as consultas ao CCP sejam obrigatórias e agradeceu aos Conselheiros o trabalho realizado em prol das Comunidades. Comentou também brevemente as questões da modernização das redes consulares, eleições e orçamento e número de atos consulares. O Presidente do CP informou a SECP acerca do aumento do orçamento e a realidade de existirem condições e estruturas permanentes de apoio ao CCP. A SECP propôs que deveríamos apresentar um relatório técnico acerca das necessidades para o acompanhamento dos trabalhos exercidos pelo CCP e afirmou também que os Conselheiros terão de integrar os Conselhos Consultivos Consulares, pois essa função é fundamental e considerou que Consultas ao CCP têm de ser obrigatórias. Referindo-se às consultas obrigatórias o Cons. Amadeu Batel afirmou que deveria haver mais debates e não só consultas obrigatórias, para se debaterem questões que nunca foram objeto de análise mais elaborada no seio da Assembleia da República, como as questões da tutela, uma ação política dentro de uma lógica interna e não externa das políticas para as comunidades, ligações aos vínculos de cultura, língua e identidade, para continuar a haver também Portugal lá fora e referiu-se ao discurso do Presidente da República no último 5 de outubro onde este apelou à inclusão dos emigrantes portugueses em Portugal, discriminações. O Cons. Paulo Marques informou que os Conselhos de Comunidades em Itália, França e Marrocos funcionam e têm um orçamento superior ao nosso, um número inferior de conselheiros e ainda que as associações não têm capacidade de resposta para os problemas das comunidades sem o apoio dos consulados e da SECP, enquanto o Cons. Paulo Martins por sua vez, comentou o facto que os Consulados já não terem a centralidade que existia noutros tempos e de se preocuparem mais com as Comunidades, para além de agendamentos e outros atos civis públicos. Queixou-se também da falta de liderança e da pouca divulgação e envolvimento sobre as políticas para as Comunidades. Por seu turno, o Presidente comentou a necessidade do aumento dos números de Conselheiros, que terá de ser proposta por lei, pois existem agora muitos mais recenseados inscritos do que nunca, ao que acrescentou o Cons. Nelson Ponta-Garça que este facto aumentou a responsabilidade e a estabilidade do CCP. Debateu-se ainda a questão da abstenção nas eleições e a vontade das Comunidades de votarem nas eleições autárquias, mas terá



que haver uma grande vontade do Governo em meios de propaganda e uma grande campanha contra a abstenção. Após o intervalo para o almoço, realizou-se a cerimónia da comemoração dos 40 anos do CCP, na extensão da Sala do Protocolo, com a presença de alguns antigos e atuais deputados pelos Círculos da emigração assim como a Assessora da Presidência da República e outras personalidades. O Presidente do CP deu as boas vindas e a realçou o trabalho desenvolvido pelo CCP durante os seus 40 anos de existência e esclareceu a falta de presença da antiga SECP, a Dra. Maria Manuela Aguiar. Seguiram-se a mensagem gravada pelo antigo Presidente do CP/CCP, Carlos Pereira, os Deputados Paulo Pisco e Carlos Gonçalves no uso da palavra, sendo realçado por ambos o trabalho do CCP e, fechando a mesa de abertura, teve a palavra a SECP, Dra. Berta Nunes. Houve ainda intervenções por parte dos membros do GT “Memória do CCP”, a Cons. Maria de Lurdes Almeida e o Cons. Pedro Rupio. Após, houve um debate em um painel composto pela SECP Berta Nunes e o Cons. Amadeu Batel, o qual foi moderado pela jornalista Rosário Lira, sob o tema “Os 40 anos do CCP e as perspetivas desse órgão consultivo”. Ao final, houve uma receção oferecida pela SECP com um “Porto de Honra”. Pelas 19h00, o CP/CCP foi recebido no Palácio de Belém pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que recebeu o Relatório Global de Atividades e numa conversa informal, o PR mostrou-se interessado pelas questões apresentadas oferecendo sempre conselhos, inclusive quanto a traduzir todo o trabalho recolhido pelos 40 anos do CCP em um livro. Ao final desta reunião os trabalhos foram suspensos às 21h00. No segundo dia (terça-feira, dia 12) e também na Sala do Protocolo, o CP/CCP reuniu-se com a SECP e o Diretor-geral da DGACCP, Emb. Júlio Vilela, que começou com o Presidente do CP a dar as boas vindas e informou dos pontos a serem debatidos, a plataforma e-consulados, a pandemia e apoios ao associativismo, a pandemia e apoios sociais, orçamento do CCP, a estrutura de apoio ao CCP e os Conselhos Consultivos Consulares. Começou por apresentar a proposta ao orçamento de 2022 e da necessidade de o CCP ter uma estrutura de apoio, com a sustentabilidade da mesma apoiada pelo orçamento. O Cons. Paulo Marques frisou a importância das Comissões Locais para que as mesmas possam apresentar as suas propostas aos Conselhos Regionais e Temáticos. Por sua vez o Cons. Amadeu Batel reafirmou a importância de haver uma estrutura de apoio ao CCP. A SECP confirmou que o orçamento foi enviado para aprovação em um total de 350.000 euros. O Emb. Júlio Vilela, saudou os conselheiros e afirmou que qualquer orçamento está sempre sujeito a cativações e que devemos pressionar a AR para que não haja cativações no nosso orçamento. Referiu ainda que devido ao recenseamento eletrónico houve um grande aumento no número de



recenseados e que terão de ponderar sobre o presente sistema de atribuição e distribuição de conselheiros por círculo eleitoral, mencionando vários números para suportar essa tese, alertando para o facto que da imagem do CCP tem de ter mais visibilidade nas Comunidades. O Cons. Paulo Martins referiu a necessidade de se criar uma estrutura de apoio ao CCP, porque andamos a trabalhar na obscuridade, referindo-se à falta de conhecimento do estudo apresentado pelo DGACCP, o que levou a SECP a afirmar que existem condições para um Gabinete técnico de apoio ao CCP, dentro do MNE. Por sua vez o Cons. Pedro Rupio pronunciou-se sobre os apoios ao associativismo afirmando que existem muitas associações sem capacidade de fazer frente às exigências da DGACCP, pedindo que haja uma maior flexibilidade nas regras para os apoios ao associativismo. O Cons. Nelson Ponta-Garça por sua vez referiu o facto de muitas associações terem de vender o património para pagar despesas enquanto outras já fecharam ou estão em situação de falência. O Cons. Paulo Marques referiu-se aos apoios sociais em tempo de pandemia e afirmou que, muitas vezes, os apoios são aprovados e atribuídos e o financiamento nunca se concretiza. O Diretor-geral da DGACCP informou que o Regulamento sobre os Conselhos Consultivos Consulares entrou em vigor a 1 de Outubro e que todos os pedidos de subsídios e apoios têm sido acompanhados e que houve resposta a todas as candidaturas. Após o intervalo para o almoço, e pelas 15h00, realizou-se a reunião em conjunto sobre o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) com o SE da Educação (Dr. João Costa) e o representante do Instituto Camões (Dr. João Neves), na qual também participou a SECP (Dra. Berta Nunes). O Presidente do CP, agradeceu a presença dos convidados e passou a palavra ao Cons. Amadeu Batel, que afirmou que existem divergências de fundo entre as políticas de língua e educativas dirigidas às crianças e jovens portuguesas a frequentar a rede ensino do EPE, incluindo a “nova rede de ensino paralelo”. Referiu-se, em síntese, a algumas inconsistências da Estratégia Global para a Internacionalização da Língua Portuguesa, por estarmos perante estratégia com objetivos diferenciados e na qual se tomaram opções lesivas dos direitos linguísticos, culturais e identitários dos lusodescendentes à luz do articulado constitucional, estando o atual Governo numa deriva constitucional. Além disso, o CCP jamais foi consultado nessas matérias, sabendo-se da inconsistência do papel que o Governo devia cumprir junto da Diáspora, nomeadamente na rede EPE nos níveis de Ensino pré-escolar, básico e secundário nas valências Língua Materna (primeira) Língua Estrangeira (LE) e Língua de Herança (LH). Em todos os níveis de ensino a LP é ensinada como LE ou LH como sinónimo de LE, com conteúdos programáticos, materiais didáticos e descritores avaliativos do QECR orientados para certificações em PLE. O Dr. João Neves por sua vez,



Conselho das Comunidades Portuguesas

informou sobre os vários eventos culturais a realizar sob a égide do IC, tendo convocado as comunidades portuguesas a aderirem à sua divulgação no sentido de uma mais ampla participação e êxito da programação cultural projetada para 2022. Afirmou que se devia fazer um levantamento das necessidades dos vários grupos etários que frequentam a rede do EPE, como também digitalizar o ensino português no estrangeiro. O Cons. Amadeu Batel alertou para os modelos de organização de aprendizagens na chamada rede de ensino paralelo onde as turmas são compostas por alunos (falantes de herança) com reportórios linguísticos que vão desde uma competência nula a uma competência língua materna/primeira. Pelas 16h30, deu-se o início da reunião conjunta com o representante da SE da Justiça, Dr. Rui Silva, e a SE da Inovação e Modernização Administrativa (Dra. Maria de Fátima Fonseca), assistida pelo Paulo Maurício e Fernando Marta da AMA. O Presidente do CP, começou por questionar o progresso feito na digitalização dos serviços consulares e sobre a chave de acesso à eleição piloto e o Cons. Paulo Martins manifestou a preocupação com a ativação e divulgação da chave móvel digital, e que esta deveria de ser ativada nos Consulados no momento da entrega do CC, e a necessidade de agrupar ou centralizar toda a informação num só site e também se mostrou preocupado com a falta do atendimento consular nos Centros de Atendimento Consular (CAC), que se limitam somente a fazer o agendamento. A SE começou por dizer que a chave móvel digital e a transição digital são apostas muito fortes do Governo e que os últimos 18 meses mostraram quantas ferramentas fáceis e seguras existem ao dispor para que possam chegar aos emigrantes, para reforçar e resolver mais rápido e em tempo real as necessidades das Comunidades. O portal “PORTUGAL” revolucionou o portal anterior e pretende auxiliar o acesso à Administração Pública e que o objectivo é de simplificar os processos e garantir o acesso aos serviços mais procurados pelos utentes. Alguns serviços mais utilizados já se encontram digitalizados e querem apresentar um leque mais diverso de serviços durante 2022 e que entre 2023 até 2026 serão acrescentados outros serviços de apoio direto ao utilizador seguido de uma campanha de divulgação dos serviços digitais. O Cons. Paulo Martins alertou para a segurança de grau elevado na atribuição da chave móvel digital ao qual lhe foi respondido que estão garantidas todas as condições de segurança, pois a mesma será feita através da leitura de dados biométricos (leitura da face) e terá a assinatura digitalizada do utente que será válida em toda a Europa. Foi ainda dada informação que o processo do voto eletrónico está em marcha e que será possível fazer videochamadas para os Centros de Atendimento. Existem neste momento mais de 2 milhões de Chaves Móveis Digitalizadas (CMD). O dispositivo “E-Consul” irá facilitar o atendimento de todas as Comunidades Portuguesas no estrangeiro enquanto



Conselho das Comunidades Portuguesas

o dispositivo “E-Portugal” (Portal dos Serviços Públicos) começou com 25 tipos de serviços com linguagem acessiva e esses dispositivos serão sempre realizados em conjunção com os Consulados. O apoio ao cidadão na ativação da Chave Móvel Digital (CMD) por videochamada e o agendamento passa a ser automático e interativo podendo ainda serem solicitados esclarecimentos. O Estudo inicial para os EUA e a linguagem será em inglês, espanhol, francês e obviamente em português. Terá ainda informação uniforme com a página dos Consulados e Embaixadas. Por seu turno o representante do Ministério da Justiça, informou que neste momento existem 180 mil pedidos de nacionalidade portuguesa, 74 mil pedidos de certificados de nascimento e 2 mil pedidos de cartão de cidadão de nacionais residentes no estrangeiro. Os trabalhos da reunião foram suspensos às 18h00. Na quarta-feira, dia 13, terceiro dia de trabalhos, começou com reuniões junto aos Grupos Parlamentares na AR. Inicialmente, às 10h00, com o PCP, estando presentes o Deputado João Oliveira, líder do Grupo parlamentar e o membro do secretariado do Comité Central, Rui Braga. o Presidente do CP começou por agradecer a disponibilidade de nos receber e informou que esta era a última reunião do CP durante o atual mandato e que celebra os 40 anos de existência. Informou que a intenção da reunião foi a de apresentar e entregar o Relatório Global de Atividades do CP/CCP e pedido de apoio nas seguintes questões: na revisão da Lei 66/A, numa maior distribuição de Conselheiros por círculos eleitorais, no apoio ao orçamento sem cativações, no apoio ao gabinete de apoio com meios técnicos e estrutura permanente, no piloto do voto eletrónico. Estas questões foram debatidas e, por sua vez, o deputado João Oliveira concordou com todas as questões e afirmou a vontade política do PCP de apoiar as mesmas e o seu devido acompanhamento na AR. Pelas 11h30, o CP reuniu com o Secretário-geral do PS e antigo SECP, José Luís Carneiro, e com o deputado Paulo Pisco, na qual foi entregue o Relatório Global de Atividades e expostas as mesmas questões e pedidos de apoios. O SG do PS, José Luís Carneiro, por sua vez saudou os presentes e referiu que ele e o deputado Paulo Pisco estão a acompanhar essas questões e informou ainda que o relatório apresentado pelo deputado Paulo Pisco no Conselho da Europa foi aprovado e servirá de modelo piloto no âmbito da política europeia para migrantes. Sobre a tutela afirmou ser contra a mudança, pois levava à perda de protagonismo e a importante relevância que o CCP tem neste momento, sendo que esta era exatamente a mesma ideia do Governo. No que se refere ao número de conselheiros eleitos por círculos eleitorais está de acordo que haja uma revisão para melhorar a atual distribuição e frisou ainda que os valores do orçamento deverão de ser distribuídos pelo próprio CP e que este órgão deve aceitar as responsabilidades que o mesmo acarreta e que uma estrutura própria não é



inviável. Por seu turno o deputado Paulo Pisco referiu-se a revisão da Lei 66/A e mostrou-se de acordo com as nossas propostas, mas avisou que a mudança de tutela seria um grande erro e não iria trazer nenhuma vantagem ao Conselho antes pelo contrário iria perder força, identidade e prestígio. Acerca do voto eletrónico, afirmou que tem de haver garantia de segurança e assegurarem-se provas dessa mesma segurança. Após o intervalo para o almoço, e pelas 16h00, e já com a ausência dos Conselheiros Nelson Ponta-Garça e Paulo Marques, que se teve de se ausentar para França, o CP reuniu-se com o Bloco de Esquerda representado pela deputada Alexandra Vieira e por Karim Quintino. O presidente fez a entrega, do Relatório Global de Atividades e foram debatidas as mesmas questões apresentadas aos partidos com quem o CP já se tinha reunido. A deputada afirmou que havia a necessidade de valorizar mais a língua portuguesa no estrangeiro e afirmou-se recetiva ao voto eletrónico e todas as outras questões que lhe foram expostas. Por seu lado Karim Quintinho disse também que estava de acordo com as propostas apresentadas e que o Bloco estará atento aos debates sobre estas questões, especialmente na discussão sobre o Orçamento e às alterações à Lei 66/A. Sobre o voto eletrónico afirmou que existe um impasse e teremos de ter em conta o aspeto da segurança. Seguiu-se uma reunião com o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) com a deputada Mariana Silva e Dulce Arrojado da Comissão Executiva Nacional do PEV, às quais também foi entregue o Relatório Global de Atividades e apresentados os mesmos temas que foram apresentado aos outros partidos. Embora sem assento na 2a Comissão informaram que de futuro iriam acompanhar o desenvolvimento das nossas questões. Às 17h45, seguiu-se uma reunião com o Presidente da Assembleia da República, Dr. Ferro Rodrigues, na Sala D. Maria, ao qual foi também entregue o Relatório Global de Atividades do CP/CCP. Após a apresentação de cumprimentos e das questões apresentadas a todos os partidos políticos, o Presidente da AR mostrou-se recetivo às nossas propostas e informou que estaria atento aos debates na Assembleia da República sobre a sua apresentação e discussão. Levantou-se a hipótese de haver um debate no Parlamento sobre as Comunidades na Diáspora com os Partidos políticos os Conselheiros do CCP acerca dos temas globais que devem integrar as políticas para as comunidades. O Presidente da AR também se manifestou recetivo à nossa proposta. Os trabalhos desta reunião foram suspensos às 18h30. Na quinta-feira, dia 14, o CP/CCP reuniu-se com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, pelas 10h30, na Sala da Biblioteca, reunião presidida pelo deputado Carlos Goncalves e na qual participaram a deputada Alexandra Vieira (BE) Paulo Pisco (PS) e a deputada Lara Martins (PS). O Presidente do CP apresentou as questões que tínhamos



levantado com todos os partidos políticos e usaram da palavra os Cons. Paulo Martins e Amadeu Batel, que realçaram algumas das questões já anteriormente levantadas. A deputada Lara Martins (PS), agradeceu a nossa presença e as questões apresentadas, referindo que o voto eletrónico é um aspeto importante e relevante no combate à abstenção, que apoia a integração de Conselheiros nos Conselhos Consultivos Consulares e que o orçamento seria acompanhado pelos deputados do PS na AR. Por sua vez, a deputada Alexandra Vieira (BE) frisou que foi uma honra receber os Conselheiros do CCP na AR e mencionou que a revisão da Lei 66/A é muito importante, assim como as consultas obrigatórias ao CCP, afirmando ainda que o ensino de português no estrangeiro tem de ser apoiado pois é um direito básico. O Bloco irá continuar a acompanhar a problemática do EPE junto ao Instituto Camões. O deputado Paulo Pisco (PS) mencionou a importância do CCP e a mais valia que traz a um melhor conhecimento das Comunidades Portuguesas na AR, que os leva a perceber melhor as necessidades das várias Comunidades, afirmando que apoia as nossas propostas, menos a de mudança de tutela. Por último Carlos Gonçalves, felicitou o CCP pelos 40 anos de existência, e fez as seguintes considerações: o Governo não entregou até esta data nenhuma proposta de alteração à Lei 66/A e, por isso, não tem conhecimento algum dessa matéria; a distribuição de Conselheiros por círculo eleitoral tem de ser ajustada; o orçamento é realista; o voto eletrónico tinha sido chumbado pela AR em 2017 e por isso é importante acompanhar o voto eletrónico para que nada corra mal. O Presidente do CP comentou o importante facto de o CCP poder vir a ter um gabinete de apoio, para que possa acompanhar todas essas questões de mais perto, como a revisão da Lei 66/A e o orçamento, assim como outros temas ainda pendentes sejam melhor acompanhados, nomeadamente a distribuição e aumento de Conselheiros no CCP. Foi ainda abordada a viabilidade de um Conselheiro integrar o Conselho Nacional de Eleições. Por sua vez o Cons. Amadeu Batel mencionou ainda que a consulta obrigatória ao CCP deve ser implementada não devendo, porém ser vinculativa e reafirmou a nossa posição no que diz respeito a mudança de tutela. Ao terminar o deputado Carlos Gonçalves afirmou em nome desta Comissão e do Grupo de Trabalho da AR que o Regulamento Consular tem ser respeitado por todos os Cônsules assim como pelos Embaixadores, visto os conselheiros por inerência passarem a integrar os Conselhos Consultivos. Após o intervalo para o almoço, o CP reuniu-se entre si, para uma reunião interna na Sala D. Maria, debateu e aprovou as seguintes questões: 1) que reunirá online no dia 20 de novembro pelas 14h00 de Lisboa (atenção ao horário de inverno de Portugal) e que fará uma reunião geral com todos os conselheiros no dia 11 de dezembro, também pelas 14h00 de Lisboa; 2) O Cons. Manuel Coelho



propôs um voto de louvor ao deputado Paulo Pisco, pelo excelente trabalho apresentado na Comissão Europeia, a ser aprovada na reunião de 20 de novembro; 3) A questão da mudança de tutela deve ser separada da questão da estrutura. Logo após foi a mesma suspensa por conta do horário das reuniões com os deputados do PSD e do CDS/PP que estavam agendadas. Assim o CP reuniu pelas 14h15 com o PSD, reunião que foi presidida pela deputada Catrina Rocha Ferreira e na qual estiveram presentes os deputados Carlos Gonçalves, Jose Cesário e Nuno Carvalho. O Presidente do CP agradeceu a disponibilidade de todos e entregou o Relatório Geral de Atividades deste CP e apresentou as mesmas questões que já tinham sido colocadas a todos os partidos políticos, sendo a posição do PSD a seguinte: a) A consulta obrigatória tem de ser implementada; b) a revisão da Lei 66/A tem de ser debatida embora “caiba ao Governo” apreciar e fazer as alterações aprovadas; c) acha estranho a posição da SECP nas propostas apresentadas pelo CCP; d) os deveres e direitos dos Conselheiros devem ser definidos; e) Compete ao Governo apreciar a mudança da tutela; f) a distribuição e aumento de Conselheiros por círculos eleitorais tem que ser revista; g) a presença de Conselheiros nos Conselhos Consultivos Consulares deve ser obrigatória; h) O voto eletrónico assim como a Chave Móvel Digital é para ser implementado; g) o EPE, Ensino do Português no Estrangeiro deve ser revisto pelo Instituto Camões. Finalmente o deputado Nuno Carvalho afirmou que as questões apresentadas estão em linha com as ideias do PSD. Ao concluir o Presidente do CP adiantou que a mudança de tutela não vai ser fácil e que a SECP se manifestou publicamente que as eleições para o CCP se realizarão em abril ou março de 2022 sendo urgente que isso aconteça. Portanto, pediu o apoio aos deputados do PSD. Seguiu-se à reunião com o CDS/PP, pelas 15h20 na qual fomos recebidos pela Chefe do Gabinete, Otília Gomes, assistida por André Zutarco. O Presidente do CP entregou o relatório Global de Atividades e apresentou as questões que já tínhamos apresentado a todos os outros partidos políticos as quais serão transmitidas e apresentadas posteriormente ao responsável do Grupo Parlamentar do CDS/PP, deputado Telmo Correia. O Conselho Permanente, continuou a sua reunião interna, que tinha sido suspensa na parte da tarde (na AR), no salão do Hotel Dom Carlos Park, pelas 17h15, e abordou os seguintes temas: a) Data das eleições, tendo sido manifestada preocupação com a falta de consenso sobre as datas das eleições para o CCP e diversas questões que as possam influenciar. Importante convocar eleições o mais depressa possível, pois a posse ocorreu em abril de 2016, ficando decidido esperar até a reunião geral do CCP (11/12), por uma decisão do Governo; b) As propostas e questões apresentadas aos vários partidos políticos foram bem recebidas, com a exceção da mudança de tutela; c) Foi analisado e editado um novo texto sobre a estrutura do



Conselho das Comunidades Portuguesas

gabinete de apoio com a respetiva autonomia, o qual será circulado por todos os Conselheiros do CP antes de ser submetido à votação; d) A proposta sobre a mudança de tutela será redigida à parte. Assim, nada mais havendo a deliberar, e como ninguém mais quisesse usar da palavra a reunião foi encerrada às 19h00 de Lisboa, mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

João Albuquerque

J. L.